

OEC S.A. - Em Recuperação Judicial

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais
Em 31 de dezembro de 2024

OEC S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações contábeis individuais
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais

Balancos patrimoniais individuais

Demonstrações individuais do resultado

Demonstrações individuais do resultado abrangente

Demonstrações individuais das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais dos fluxos de caixa- método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Aos
Administradores e Acionistas da
OEC S.A. (Em Recuperação Judicial)
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da OEC S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial individual em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da OEC S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou passivo circulante individual superior ao ativo circulante individual, em R\$ 6.378, patrimônio líquido individual negativo em R\$ 21.456.595 e prejuízo individual no exercício de R\$ 1.392.036. Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a Companhia e outras empresas de seu Grupo Econômico ajuizaram, em 27 de junho de 2024, pedido de recuperação judicial, aprovado pelos credores em 07 de fevereiro de 2025 e homologado pelo juiz em 07 de março de 2025, que objetiva a reestruturação de todos os passivos da Companhia e a manutenção de suas atividades, cujos efeitos serão registrados contabilmente na data da homologação, ou seja, em 2025. As demonstrações contábeis individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto a liquidação e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Se as demonstrações contábeis individuais tivessem sido elaboradas considerando a descontinuidade das operações, elas poderiam apresentar valores diferentes dos apresentados. Nossa opinião não está ressalvada em decorrência desse assunto.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2.4 às demonstrações contábeis que descreve que as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas sob esta denominação, como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, incorporando os seguintes ajuste e reclassificação

- Reversão de juros referente à acordo de leniência, na controlada indireta CNO S.A. - Sucursal Peru. A referida reversão foi efetuada da Rubrica "Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e acordos", no longo prazo em contrapartida do Resultado com operações descontinuadas do exercício de 2023 no montante de R\$ 3.076 e em contrapartida dos Prejuízos acumulados no montante de R\$ 39.286. referente aos efeitos até o exercício de 2022;
- Reclassificação dos montantes de cada Rubrica "Resultado do Exercício de Operações Continuadas para Operações Descontinuadas" das controladas e coligadas da Companhia nas geografias definidas pela Administração como não operacionais, sendo elas: Panamá e Peru.

Auditamos e concordamos com os ajuste e reclassificação efetuados. Nossa opinião não contém modificação a esse respeito.

Outros assuntos

Auditoria dos saldos comparativos

As demonstrações contábeis individuais originalmente apresentadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório, datado de 29 de abril de 2024, contendo parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional de mesmo teor do descrito acima.

Demonstrações consolidadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1 às demonstrações contábeis, a OEC S.A - Em Recuperação Judicial elaborou suas demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresentadas separadamente dessas demonstrações contábeis individuais, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificação, também datado de 09 de maio de 2025. Essas demonstrações contábeis individuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de maio de 2025.

OEC S.A. – Em Recuperação Judicial
Balço patrimonial individual
Em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
			(Reapresentado)				(Reapresentado)
Ativo				Passivo e passivo a descoberto			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.821	128	Fornecedores	9	5.697	4.340
Adiantamentos a fornecedores e outros		662	47	Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	10	10.323	243
Tributos a recuperar		377	112	Outros passivos		50	
Despesas antecipadas	6	1.792	1.467			16.070	4.583
Outras contas a receber com partes relacionadas		40					
		<u>9.692</u>	<u>1.754</u>				
Investimentos				Não circulante			
Sociedades controladas	7 (b)	6.099.055	4.833.249	Partes relacionadas	8 (a)	3.355.977	2.686.526
		<u>6.099.055</u>	<u>4.833.249</u>	Provisão para passivo a descoberto	7 (b)	24.180.569	18.633.335
				Outros passivos		12.726	12.718
						<u>27.549.272</u>	<u>21.332.579</u>
				Passivo a descoberto			
				Capital social	11 (a)	448.900	448.900
				Transações de capital		13.366	13.366
				Ajuste de avaliação patrimonial	11 (b)	(1.336.302)	2.226.098
				Prejuízos acumulados		(20.582.559)	(19.190.523)
						<u>(21.456.595)</u>	<u>(16.502.159)</u>
Total do ativo		<u>6.108.747</u>	<u>4.835.003</u>	Total do passivo e passivo a descoberto		<u>6.108.747</u>	<u>4.835.003</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OEC S.A. – Em Recuperação Judicial
 Demonstração individual do resultado
 Exercício findo em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2024	2023 (Reapresentado)
Operações continuadas			
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	12	(46.677)	(32.386)
Equivalência patrimonial	7 (b)	<u>(602.968)</u>	<u>(822.704)</u>
Prejuízo operacional		(649.645)	(855.090)
Resultado financeiro			
Resultado financeiro, líquido	13	<u>(442.847)</u>	<u>99.088</u>
Prejuízo das operações continuadas do exercício		<u>(1.092.492)</u>	<u>(756.002)</u>
Operações descontinuadas			
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas do exercício	7 (b)	<u>(299.544)</u>	<u>20.243</u>
Prejuízo do exercício		<u>(1.392.036)</u>	<u>(735.759)</u>
Prejuízo básico por ação das operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas no final do exercício (expresso em R\$ por ação)	11 (c)	<u>(3,101)</u>	<u>(1,639)</u>

OEC S.A. – Em Recuperação Judicial
 Demonstração individual do resultado abrangente
 Exercício findo em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2024	2023 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício		(1.392.036)	(735.759)
Outros resultados abrangentes:			
I tens que posteriormente transitarão pelo resultado:			
Ajuste de avaliação patrimonial	11 (b)	264.135	212.184
Variação cambial de investidas no exterior	11 (b)	(3.805.684)	686.580
Variação cambial com investimentos líquidos no exterior	11 (b)	<u>(20.851)</u>	<u>5.751</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>(4.954.436)</u>	<u>168.756</u>

OEC S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstração individual das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Transações de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do passivo a descoberto
Em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)		448.900	13.366	1.321.583	(18.454.764)	(16.670.915)
Total do resultado abrangente do exercício:						
Prejuízo do exercício - (R\$ 1,639) por ação do capital social					(735.759)	(735.759)
Outros resultados abrangentes	11 (b)			904.515		904.515
Total do resultado abrangente do exercício				904.515	(735.759)	168.756
Em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)		448.900	13.366	2.226.098	(19.190.523)	(16.502.159)
Total do resultado abrangente do exercício:						
Prejuízo do exercício - (R\$ 3,101) por ação do capital social					(1.392.036)	(1.392.036)
Outros resultados abrangentes	11 (b)			(3.562.400)		(3.562.400)
Total do resultado abrangente do exercício				(3.562.400)	(1.392.036)	(4.954.436)
Em 31 de dezembro de 2024		448.900	13.366	(1.336.302)	(20.582.559)	(21.456.595)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OEC S.A. – Em Recuperação Judicial
 Demonstração individual dos fluxos de caixa
 Exercício findo em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2024	2023 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício das operações com continuadas e descontinuadas		(1.392.036)	(735.759)
Ajustes:			
Equivalência patrimonial	7 (b)	602.968	822.704
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas do exercício	7 (b)	299.544	(20.243)
Provisão e encargos sobre plano de benefícios à empregados			1.718
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	13	443.149	(99.173)
Caixa aplicado nas nas operações		(46.375)	(30.753)
Variação nos ativos e passivos:			
Tributos a recuperar		(265)	33
Adiantamentos a fornecedores e outros		(615)	37
Despesas antecipadas e outros ativos		(365)	1.091
Fornecedores		1.357	3.914
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais		10.080	(40)
Outros passivos		58	(8)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais das operações continuadas		(36.125)	(25.726)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições aos investimentos	7 (b)	(183.484)	(338.443)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimen tos		(183.484)	(338.443)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Parte relacionadas			
Recursos recebidos	8 (a)	226.302	363.245
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		226.302	363.245
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido das operações continuadas		6.693	(924)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		128	1.052
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		6.821	128

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OEC S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais

Em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A OEC S.A. – Em Recuperação Judicial (“OEC SA” ou a “Companhia”), é uma entidade de capital fechado e parte integrante do Grupo Novonor (“Grupo Novonor”), com sede em São Paulo, cuja controladora direta é a Odebrecht Holdco Finance Limited (“ODB Holdco”) e indireta a Odebrecht Engenharia e Construção S.A. – Em Recuperação Judicial (“Odebrecht Engenharia”). A sede administrativa da Companhia está localizada na Av. Das Nações Unidas, 14.401 – Parque da Cidade – Chácara Santo Antonio, São Paulo.

A Companhia é controladora direta da CNO S.A. – Em Recuperação Judicial (“CNO”), OECI S.A. – Em Recuperação Judicial (“OECI”), OENGER S.A. – Em Recuperação Judicial (“OENGER”), Tenenge Engenharia Ltda. – Em Recuperação Judicial (“Tenenge”), Odebrecht Overseas Limited (“OOL”) e OEC Finance Limited (“OEC Finance”), e controladora indireta da CBPO Engenharia Ltda. – Em Recuperação Judicial (“CBPO”).

A Companhia tem por objeto social, principalmente, o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outras modalidades praticadas no mercado; instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais, planejamento, assessoria e estudos técnicos e prática de outras atividades econômicas conexas, inclusive as de locação e compra e venda de equipamentos, importação e exportação de serviços e bens relacionados às atividades de engenharia e construção.

Por meio de sucursais e subsidiárias de suas controladas, a Companhia possui atuação direta em diversos países, tendo suas principais obras em execução em: Brasil, Angola, Estados Unidos da América (“EUA”) e Gana.

No segmento de construção civil pesada, as principais controladas diretas da Companhia são CNO, OECI, Tenenge e indireta a CBPO, as quais desenvolvem projetos de construção de rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas, termelétricas e nucleares, instalações portuárias, barragens, refinarias, assim como outros projetos industriais e de infraestrutura.

As principais obras em execução por meio das controladas e coligadas no Brasil são: Projeto Submarino, Ligação Viária Campo Grande, Consórcio Ponte Guaratuba, Consórcio Construtor Viasul – BR 386, Reservatório Marapicu, PR 092 - Rodovia dos Minérios, Consórcio ETA Xerém, Recuperação do Emissário Submarino Vila Caiçara, Unidades de Saúde BH além de contratos de prestação de serviços em plantas industriais.

No exterior, os principais projetos em atividade são: Aproveitamento Hidrelétrico de Laúca, Terminal Oceanico Barra do Dande, Projeto Refinaria de Cabinda, Refinaria Cabinda On Shore e Off Shore, Projeto Refinaria de Lobito, Ferrovia Luena Saurino, Linha de Transmissão Soyo de Cabinda e Aeroporto Internacional de Cabinda em Angola e Rodovia do Corredor Leste em Gana.

As presentes demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 09 de maio de 2025.

(a) Continuidade (*Going Concern*)

A Companhia tem como segmento operacional a construção civil pesada em projetos de construção de rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas, termelétricas e nucleares, instalações portuárias, barragens, refinarias, entre outros projetos industriais e infraestrutura para clientes públicos e privados, tendo como principal fonte de recursos a geração de caixa destes projetos.

OEC S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais

Em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Diante de eventos ocorridos ao longo dos últimos anos, a Companhia foi fortemente impactada no que tange aos fatores: (i) impacto social e econômico pela pandemia do COVID-19, com retração das economias, decorrente principalmente das medidas tomadas pelos governos e retração de investidores privados, como postergação de licitações e investimentos devido à escassez de recursos e dificuldades na obtenção de crédito para financiar grandes projetos, redução da disponibilidade de recursos públicos para investimentos em função de vultuosos gastos com pacotes de estímulos a economia, redução da arrecadação tributária e consequentemente déficits primários, aumentando o endividamento público e aumento do desemprego e falência de pequenos empresários; (ii) a identificação da necessidade de constituir provisões para redução ao valor recuperável (impairment) sobre créditos, mantidos nas controladas da Companhia, com empresas do grupo Novonor em recuperação judicial; (iii) provisões para redução ao valor recuperável referente aos ativos líquidos da Companhia com o Estado Venezuelano; e (iv) o registro do passivo dos Bonds em função da reestruturação da dívida da Novonor Finance Limited (“NFL”) que era garantida pela Companhia.

Dessa forma, resultante dos eventos citados acima, o Patrimônio Líquido negativo, no valor de R\$ 21.456.595 (31 de dezembro de 2023 (reapresentado) – R\$ 16.502.159).

De modo a mitigar os impactos no caixa da Companhia, a administração implementou diversas ações, a saber: i) desde 2019 a Companhia vem em um processo de reestruturação geográfica, com foco de atuação nos países com potencial de contratação de obras para a Companhia; ii) desde 2016 a Companhia vem fortalecendo a Governança, com a formação do Conselho de Administração, Comitês de Apoio ao Conselho de Administração (com a participação de conselheiros independentes); iii) criação da área de Auditoria Interna e Controles Internos nos anos de 2018 e 2019, respectivamente; iv) criação do Programa de Integridade em 2016, objetivando endereçar práticas e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética, íntegra e transparente na tarefa empresarial, v) reestruturação administrativa, adequando o tamanho das equipes de apoio ao novo porte da Companhia, vi) venda de ativos e créditos antigos para garantir a liquidez da Companhia, vii) reestruturação das dívidas de curto prazo e fornecedores; viii) renegociação dos termos e condições das garantias prestadas aos Bonds NFL (concluído em 2021); e ix) manutenção da produção para os contratos em carteira; e x) pedido de recuperação judicial, ajuizado em 27 de junho de 2024, com aprovação dos credores sobre o plano de recuperação em 07 de fevereiro de 2025 e homologado pelo juiz em 07 de março de 2025, conforme mencionado na nota de eventos subsequentes (nota 14), visando a reestruturação de todos os passivos da Companhia.

(a.1) Processo de Recuperação Judicial

As empresas Odebrecht Engenharia, ODB Holdco, OEC Finance, OECI, OENGER, CNO, CBPO, OOL, Tenenge, Belgravia Serviços e Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Belgravia”), Tenenge Overseas Corporation (“TOC”) e a Companhia (“Recuperandas do Grupo OEC”) ajuizaram pedido de recuperação judicial em 27 de junho de 2024, cujo processamento foi deferido na mesma data pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (“Juízo da Recuperação”), que considerou atendidos os requisitos legais para instalação de referido procedimento judicial (nos autos do processo 1100438-71.2024.8.26.0100). Na mesma oportunidade, o Juízo da Recuperação determinou a suspensão de procedimentos de execução de créditos sujeitos à recuperação judicial pelo período de até 180 dias e nomeou a AJ Ruiz Consultoria Empresarial S.A. como Administradora Judicial.

(a.2) Plano de Recuperação Judicial

As Recuperandas do Grupo OEC apresentaram sua primeira proposta de Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) em 09 de setembro de 2024, que incluiu determinados termos para pagamento dos seus credores, e a previsão de um financiamento na modalidade debtor in possession (utilizado para empresas em recuperação judicial, que possui prioridade sobre outras dívidas existentes) de até US\$ 150 milhões (“Financiamento DIP”), que tem como financiador âncora o Banco Pactual BTG S.A., que garantirá o desembolso do valor de US\$ 120 milhões (com possibilidade de participação de outros credores financeiros no Financiamento DIP).

OEC S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais

Em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O PRJ apresentado pelas Recuperandas do Grupo OEC (conforme atualizações pontuais) foi votado em Assembleia Geral de Credores, instalada em 2ª convocação, em 22 de novembro de 2024, tendo sido aprovado entre os credores presentes por 98,76% dos credores da Classe I (Créditos Trabalhistas), 91,60% dos credores da Classe III e 54,06% dos créditos da Classe III (Créditos Quirografários), 99,25% dos credores da Classe IV (Microempresa e Empresa de Pequeno Porte). No entanto, o referido PRJ deixou de ser homologado pelo Juízo da Recuperação, o qual em 18 de dezembro de 2024 determinou para as Recuperandas do Grupo OEC ajustes pontuais no PRJ.

Em 21 de janeiro de 2025, as Recuperandas apresentaram a nova versão do PRJ, promovendo os ajustes determinados pelo Juízo da Recuperação e determinados outros ajustes negociados com os credores. Em 07 de fevereiro de 2025, foi votado em Assembleia Geral de Credores, instalada em 2ª convocação, a nova versão do PRJ, tendo sido aprovado por expressiva maioria dos credores presentes em todas as classes, por 99,89% dos credores da Classe I (Créditos Trabalhistas), 92,71% dos credores da Classe III (Créditos Quirografários), 99,64% dos credores da Classe IV (Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) e por 94,09% dos créditos da Classe III.

Em 07 de março de 2025 o referido PRJ foi homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial.

Ato contínuo, as Recuperandas requeraram o reconhecimento da homologação da PRJ, na corte americana através do *Chapter 15 e*, em 9 de abril de 2025 o juiz de New York concedeu ordem reconhecendo os efeitos da homologação do PRJ nos Estados Unidos.

Os efeitos dos passivos financeiros reestruturados serão ajustados no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado a partir da data da homologação, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Tais efeitos ainda estão sendo apurados com base nas opções a serem escolhidas pelos credores com base no PRJ aprovado.

Adicionalmente, conforme CPC24, eventos subsequentes, a Companhia retroagiu os efeitos da PRJ a data base do balanço 31 de dezembro de 2024 no que tange as mensurações das provisões de contingências, conforme detalhado na nota 14.

Resumidamente, o PRJ prevê as seguintes condições de reestruturação da dívida dos seus credores:

- Créditos Trabalhista

Os Credores Trabalhistas poderão eleger a forma de pagamento de seus Créditos Trabalhistas de acordo com uma das seguintes Opções de Pagamento:

Opção A: Os Credores Trabalhistas que elegerem essa opção, e aqueles que não realizarem validamente a eleição de Opção de Pagamento, terão seu Crédito Trabalhista integralmente reestruturado e pago até o limite do valor do seu Crédito ou até 155 Salários-Mínimos, o que for menor, em parcela única, devida até o 1º Aniversário da Data de Homologação. Os referidos créditos serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 0,1% a.a. desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento;

Opção A de até R\$ 6mil: Os Créditos Trabalhistas – Opção A que tenham valor de até R\$ 6mil serão integralmente pagos até o seu limite em parcela única, sem deságio, devida em (i) até 60 Dias Úteis contados da Data de Homologação, para créditos devidamente incluídos na Lista de Credores, ou (ii) até 60 Dias Úteis contados do recebimento pelas Recuperandas da notificação prevista na Cláusula 3.1.5 do PRJ, para Créditos Trabalhistas Retardatários;

OEC S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais

Em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Opção B: Os Credores Trabalhistas que elegerem essa opção terão seu Crédito Trabalhista integralmente reestruturado, sendo um pagamento inicial, equivalente a 150 Salários-Mínimos, em parcela única, devida até o 1º Aniversário da Data de Homologação. A parcela superior a 150 Salários-Mínimos será paga em 20 parcelas anuais, com carência de 4 anos. As 19 primeiras parcelas serão pagas o montante equivalente a 1% do saldo remanescente, cada, e o saldo total remanescente na 20ª parcela. Os referidos créditos serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 0,1% a.a. desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento. Os juros e correção incidentes antes da 1ª parcela serão capitalizados. A partir da 1ª parcela os juros remuneratórios incidentes sobre o saldo devedor do Saldo Remanescente serão pagos nas datas de amortização do principal; e

Opção C: Os Credores Trabalhistas que elegerem essa opção terão seu Crédito Trabalhista integralmente reestruturado, sendo um pagamento inicial, equivalente a 150 Salários-Mínimos, em parcela única, devida até o 1º Aniversário da Data de Homologação. A parcela superior a 150 Salários-Mínimos atualizada e corrigida até a data do Pedido sofrerá um deságio de 60% e será paga em 10 parcelas anuais, com carência de 4 anos. As 9 primeiras parcelas serão pagas o montante equivalente a 1% do saldo remanescente, cada, e o saldo total remanescente na 10ª parcela. Os referidos créditos serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 0,1% a.a. desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento. Os juros e correção incidentes antes da 1ª parcela serão capitalizados. A partir da 1ª parcela os juros remuneratórios incidentes sobre o saldo devedor do Saldo Remanescente serão pagos nas datas de amortização do principal.

Créditos Trabalhistas de Natureza Estritamente Salarial: os Créditos Trabalhistas de natureza estritamente salarial vencidos nos três meses anteriores à data do pedido de recuperação judicial, serão pagos em até 30 Dias Corridos contados da Data de Homologação Judicial do Plano até o limite de até 5 Salários-Mínimos. Eventual saldo remanescente após referido pagamento, caso existente, receberá o tratamento previsto nas demais Opções de Pagamento previstas no PRJ para os Créditos Trabalhistas, desde que observado o procedimento para eleição de Opção de Pagamento, sendo certo que os pagamentos dos Créditos Trabalhistas de natureza estritamente salarial serão considerados como antecipações do pagamento da Parcela Inicial do Crédito Trabalhista da respectiva Opção de Pagamento, conforme aplicável.

Outros Recursos ou Benefícios Pagos a Integrantes das Recuperandas do Grupo OEC: pagamentos associados a benefícios atribuídos a seus integrantes, tais como previdência privada, seguro-saúde, vale alimentação e outros, da forma como originalmente contratados, mesmo que correspondam, no todo ou em parte, a Créditos Concursais, serão pagos normalmente, de modo a não haver interrupções em detrimento de seus integrantes.

- Créditos Com Garantia Real

Os Créditos com Garantia Real serão reestruturados e pagos na forma da Opção B ofertada aos Credores Quirografários Gerais, e permanecerão garantidos pelas respectivas Garantias Reais atualmente constituídas, sendo facultada a dação em pagamento do bem gravado com a respectiva garantia real.

- Créditos Quirografários

Os Credores Quirografários recebem tratamentos distintos a depender da natureza do crédito e do credor, de acordo com o seguinte critério objetivo: (i) caso detenham Créditos Quirografários decorrentes de operações realizadas no âmbito do mercado de capitais, incluindo emissões de títulos de dívida nos mercados nacionais e estrangeiros (por exemplo, notes ou bonds), detidos por qualquer pessoa, física ou jurídica, incluindo os Bonds, receberão o tratamento previsto no PRJ para os “Credores Quirografários Mercado de Capitais”; (ii) caso detenham Créditos Quirografários que não sejam Créditos Quirografários Mercado de Capitais, receberão o tratamento previsto no PRJ para os “Credores Quirografários Gerais”.

- Créditos Quirografários Gerais

Os Credores Quirografário Gerais poderão eleger a forma de pagamento de seus Créditos Quirografários Gerais de acordo com uma das seguintes Opções de Pagamento:

OEC S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais

Em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Opção A: Os Credores Quirografários Gerais que elegerem essa opção terão seu crédito integralmente reestruturado e pago até o limite do valor do seu crédito quirografário ou R\$30mil, o que for menor, em parcela única, devida até 60 dias úteis contados da data de Homologação Judicial do Plano. Em caso de o montante do referido crédito quirografário for maior que os R\$30mil, o referido crédito será novado e passará a corresponder o valor de R\$30mil. O referido crédito será corrigido e atualizado de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 0,1% a.a. desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento;

Opção B: Os Credores Quirografários Gerais que elegerem essa opção, e aqueles que não realizarem validamente a eleição de Opção de Pagamento ou sejam Credores Retardatários, terão seu crédito integralmente reestruturado, sendo o seu vencimento no 25º aniversário da data de Homologação Judicial do Plano e será amortizado de acordo com o cronograma de amortização descrito no PRJ aprovado. Os referidos créditos serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 0,1% a.a. desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento. Os juros e correção incidentes antes da 1ª parcela serão capitalizados. A partir da 1ª parcela os juros remuneratórios incidentes sobre o saldo devedor do Saldo Remanescente serão pagos nas datas de amortização do principal. Em caso de as Recuperandas estejam adimplentes com todas as obrigações financeiras previstas no PRJ aprovado, será aplicado o desconto de 80% sobre o montante da última parcela devida a título de amortização dos Créditos Quirografários Gerais; e

Opção C: Os Credores Quirografários Gerais que elegerem essa opção terão seu crédito integralmente reestruturado e pago, em parcela única, no montante equivalente a 1,1179% do Crédito Quirografário Geral, devida em até 10 dias úteis contados da do desembolso do financiamento DIP.

- Créditos Quirografários Mercados de Capitais

Os Credores Quirografário Mercados de Capitais poderão eleger a forma de pagamento de seus Créditos de acordo com uma das seguintes Opções de Pagamento:

Opção A: Os Credores Quirografários Mercados de Capitais que elegerem essa opção terão seu crédito integralmente reestruturado e pago (“Recompra”), em parcela única, devida em até 10 dias úteis contados da do desembolso do financiamento DIP. As Recuperandas destinarão ao menos US\$50milhões recebidos no âmbito do financiamento DIP, para implementação da Recompra, conforme cláusulas do PRJ aprovado; e

Opção B: Os Credores Quirografários Mercados de Capitais que elegerem essa opção, e aqueles que não realizarem validamente a eleição de Opção de Pagamento ou sejam Credores Retardatários, terão seu crédito integralmente reestruturado, sendo o seu vencimento no 25º aniversário da data de Homologação Judicial do Plano e será amortizado de acordo com o cronograma de amortização descrito no PRJ aprovado. Os referidos créditos serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 0,1% a.a. desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento. Os juros e correção incidentes antes da 1ª parcela serão capitalizados. A partir da 1ª parcela os juros remuneratórios incidentes sobre o saldo devedor do Saldo Remanescente serão pagos nas datas de amortização do principal. Em caso de as Recuperandas estejam adimplentes com todas as obrigações financeiras previstas no PRJ aprovado, será aplicado o desconto de 80% sobre o montante da última parcela devida a título de amortização dos Créditos Quirografários Mercados de Capitais.

- Créditos ME/EPP

Os Credores ME/EPP poderão eleger a forma de pagamento de seus Créditos de acordo com uma das seguintes Opções de Pagamento:

OEC S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais

Em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Opção A: Os Credores ME/EPP que elegerem essa opção terão seu crédito integralmente reestruturado e pago até o limite do valor do seu crédito ou R\$15mil, o que for menor, em parcela única, devida até 60 dias úteis contados da data de Homologação Judicial do Plano. Em caso de o montante do referido crédito quirografário for maior que os R\$15mil, o referido crédito será novado e passará a corresponder o valor de R\$15mil. O referido crédito será corrigido e atualizado de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 0,1% a.a. desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento; e

Opção B: Os Credores ME/EPP que elegerem essa opção, e aqueles que não realizarem validamente a eleição de Opção de Pagamento ou sejam Credores Retardatários, terão seu crédito integralmente reestruturado, sendo o seu vencimento no 25º aniversário da data de Homologação Judicial do Plano e será amortizado de acordo com o cronograma de amortização descrito no PRJ aprovado. Os referidos créditos serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 0,1% a.a. desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento. Os juros e correção incidentes antes da 1ª parcela serão capitalizados. A partir da 1ª parcela os juros remuneratórios incidentes sobre o saldo devedor do Saldo Remanescente serão pagos nas datas de amortização do principal. Em caso de as Recuperandas estejam adimplentes com todas as obrigações financeiras previstas no PRJ aprovado, será aplicado o desconto de 80% sobre o montante da última parcela devida a título de amortização dos Créditos ME/EPP.

- Credores Apoiadores

Considerando a importância de que sejam mantidos o fornecimento de insumos e a prestação de serviços essenciais a continuidade das atividades das Recuperandas, em especial dos projetos de engenharia em andamento, os Credores Quirografários Gerais e Credores ME/EPP que, concomitantemente, (i) atuem em segmentos comerciais estratégicos a manutenção das atividades do Grupo OEC; (ii) mantenham relações comerciais com as Recuperandas na data em que ocorrer a eleição da respectiva Opção de Pagamento no prazo para Eleição; (iii) não tenham, desde a Data do Pedido, conforme aplicável, interrompido, reduzido ou de qualquer forma impactado negativamente o cumprimento dos respectivos contratos firmados com as Recuperandas; (iv) assumam, por meio da celebração do instrumento constante do Anexo 3.5 do PRJ aprovado, o compromisso firme de manter os respectivos Contratos Estratégicos vigentes em todos os seus termos substanciais, poderão eleger a forma de pagamento de seus Créditos Concursais de acordo com as cláusulas previstas no PRJ aprovado.

- Créditos Ilíquidos

Todos os Créditos Ilíquidos, incluindo os Créditos Concursais ainda sujeitos a Ações Judiciais, Processos Administrativos e/ou Procedimentos Arbitrais, que são tratados de acordo com o PRJ aprovado como Créditos Ilíquidos, estão integralmente sujeitos ao termos e condições do referido PRJ e aos efeitos da Recuperação Judicial e poderão ser ou continuar sendo questionados pelas Recuperandas nas respectivas Ações Judiciais, Processos Administrativos e/ou Procedimentos Arbitrais, em que são ou serão discutidos, nos termos do artigo 49 da LFR.

- Créditos Intercompany

As Posições *Intercompany* que correspondam a Créditos Concursais estão integralmente sujeitos a Recuperação Judicial e são reestruturadas nos termos do PRJ aprovado, de modo que seu pagamento será, em quaisquer hipóteses, subordinados a todos os Créditos Concursais em termos de estrutura, garantia e tempo de pagamento. As Recuperandas do Grupo OEC poderão, a qualquer tempo, convencionar e implementar a melhor forma de extinção das Posições *Intercompany*, seja por meio de reorganização societária, conversão em capital social, compensação, nos termos dos artigos 368 e seguintes do Código Civil (inclusive o artigo 380) e cessão entre sociedades do Grupo OEC, desde que, cumulativamente, (i) tais operações não impliquem transferência de recursos ou ativos de qualquer natureza para sociedades que não sejam Recuperandas, exceto se necessário para viabilizar os pagamentos previstos na Cláusula 3.1.6; e (ii) observem as restrições previstas nas Escrituras dos Títulos DIP.

OEC S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais

Em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.3) Reestruturação Societária prevista no PRJ

Após a homologação do PRJ, o Grupo OEC passou a implementar uma reestruturação societária, a qual o negócio de Engenharia e Construção, braço principal do grupo Novonor, passa a ter uma Holding, denominada OEC PAR S.A. (“OECPAR”), que consolidará as empresas OECI e suas controladas (sendo as principais a OECI Sucursal Angola e a Bento Pedroso Construção), Tenenge e a OECPAR Limited.

A Companhia considera que, os efeitos da Homologação do PRJ, a reestruturação de empresas e o desembolso do DIP, bem como a retomada de crescimento das operações, são eventos cruciais para que possa continuar suas operações. As atuais informações contábeis não contemplam eventuais ajustes que resultariam no caso da Companhia e suas controladas estarem impossibilitadas de continuar operando normalmente.

(b) Programa de Integridade

O Grupo OEC possui o compromisso de continuamente atuar com ética, integridade e transparência, consistente com as melhores práticas mundiais de governança, com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas da Companhia, zelando pela conduta baseada em princípios e valores éticos.

Várias iniciativas relacionadas a melhorias de controles de processos financeiros, tais como diretrizes e novos processos operacionais, foram implementadas de forma intensa e progressiva, ao longo dos últimos nove anos, com o objetivo de proporcionar maior segurança empresarial ao Grupo OEC. Indicadores e metas de integridade e controles financeiros foram definidos e estão sendo aplicados na avaliação de desempenho dos executivos do Grupo OEC.

O Programa de Integridade do Grupo OEC segue padrões típicos de empresas de capital aberto, com governança exercida por meio de um Conselho de Administração composto por, no mínimo, 20% de conselheiros independentes, sendo que a participação atual é de 50%. O responsável por Integridade e Gestão de Riscos (atual nomeado em março de 2025) está vinculado ao Conselho de Administração e escolhido e liderado diretamente pelo coordenador do Comitê de Integridade e Auditoria, cabendo a este comitê – que requer maioria de conselheiros independentes e coordenação por um destes independentes – acompanhar e supervisionar o Programa de Integridade em assessoramento ao Conselho de Administração.

O Programa de Integridade do Grupo OEC conta com todos os pilares fundamentais de um programa efetivo de Compliance: (i) independência e autonomia das área de integridade e de auditoria interna; (ii) políticas e diretrizes bem definidas, amplamente comunicadas, com treinamentos recorrentes aos integrantes; (iii) análises regulares de riscos que orientam as ações e concentrações do programa; (iv) processos de due diligence de terceiros e de integrantes; (v) canais de denúncias disponíveis em todas as operações, com independência e imparcialidade na condução de investigações internas; (vi) monitoramento contínuo de riscos e controles, com indicadores objetivos para mensurar desempenho e efetividade; e (vii) remediações aplicadas quando da constatação de desvios.

Os controles internos implementados no Grupo OEC foram amplamente testados e aprimorados nos últimos nove anos, incluindo múltiplas instâncias de monitoramento independente. Em novembro de 2020, o Programa de Integridade foi atestado por monitores independentes apontados pelo Departamento de Justiça Americano (DoJ) e pelo Ministério Público Federal do Brasil. Em 2021, passou por novo ciclo de revisão independente no âmbito dos acordos firmados com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O relatório entregue pelos monitores aos dois bancos no final de 2021 não só reforçou as conclusões exitosas do monitoramento do acordo com o DoJ, mas também atestou que o Programa de Integridade da OEC atende a todas as diretrizes de Compliance do Banco Mundial e do BID. Em março de 2022 a GCU encerrou o monitoramento ostensivo do Programa de Integridade do Grupo OEC, atestando que o Grupo OEC cumpriu com todos os compromissos assumidos em relação à temática de Integridade do Acordo de Leniência firmado com CGU/AGU em 2018. Em 2023, passou por novo ciclo de revisão independente no âmbito do acordo firmado com BID e no relatório de encerramento do monitoramento independente, entregue pelos monitores ao Banco, em agosto de 2023, foi atestado que o Programa de Integridade implementado é bem fundamentado e maduro, que continua atendendo aos requisitos do Banco, com estruturas robustas e efetivas de Compliance e de auditoria interna e que foram reunidas evidências de que o comprometimento do Grupo OEC com uma cultura ética e de integridade é sustentável ao longo do tempo. Em maio de 2023, a Petrobras concluiu a Due Diligence de Integridade da Companhia e a habilitou para participar de licitações e para prestar serviços.

OEC S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais

Em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em reconhecimento ao trabalho de aperfeiçoamento contínuo da governança e da integridade empreendido nos últimos anos, em dezembro de 2022, o Grupo OEC recebeu o selo Infra+ Integridade do Ministério da Infraestrutura, em reconhecimento a adoção de boas práticas de governança, compreendendo integridade, ética, transparência, conformidade, responsabilidade social, sustentabilidade e prevenção à fraude e à corrupção. Em setembro de 2023, as duas iniciativas do Grupo OEC inscritas no GRI Infra Awards Andean 2023, foram classificadas como finalistas em suas respectivas categorias, tendo o Projeto Monitoramento Sistemático de Riscos de Controles, apresentado na categoria Governança, recebido a terceira colocação. Em novembro de 2023, o Grupo OEC recebeu da CGU o Selo Pro Ética 2022-2023, uma iniciativa que reconhece empresas que adotam boas práticas em governança corporativa, bem como desenvolvem e incentivam o comportamento ético e ações de transparência dentro de seus negócios. Em junho de 2024, o Grupo OEC aderiu ao Pacto Brasil, uma iniciativa da CGU que estimula empresas que atuam no Brasil a assumir, voluntariamente, compromisso público com a integridade empresarial. Além disso, o Grupo OEC tem se envolvido ativamente com a Academia, o Terceiro Setor e com Organizações Internacionais para trocar melhores práticas e compartilhar lições aprendidas ao longo dos anos. Essas interações incluem aulas, webinars, seminários, painéis, sessões de benchmarking e atividades similares.

Pode-se destacar algumas métricas alcançadas em 2024 no Programa de Integridade do Grupo OEC: (i) foram analisados mais de 8.100 processos de due diligence de fornecedores; (ii) cumprimentos do Plano Anual de Treinamento aprovado pelo Conselho de Administração atingindo um índice de conclusão de 100% dos treinamentos do grupo meta definido; (iii) 514 relatos recebidos no canal de denúncias foram investigados de maneira independente pela área de Integridade, dos quais 41% foram considerados como parcial ou totalmente procedentes, gerando 65 ações de remediação, dentre as quais, 17 demissões; (iv) no monitoramento contínuo de Compliance, de janeiro a dezembro de 2024, foram abertas 144 ações para teste e verificação de processos, 127 registros de terceiros tiveram seus processos de contratação revisados em relação a requisitos de integridade e revisão de mais de 500 formulários de autodeclaração preenchidos pelos integrantes para averiguação de potenciais conflitos de interesse reportados.

Por fim, vale ressaltar que o Programa Global de Integridade do Grupo OEC está certificado na ISO 37001:2017 Sistema de Gestão Antissuborno com validade até abril de 2027, tendo passado por auditorias externas de um organismo certificador internacional credenciado.

2 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2023, exceto pelas normas e alterações com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, conforme abaixo:

Revisadas e vigentes:

- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;

- Alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*;

- Alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo que possa ser liquidado;

- Alterações ao IFRS 16 (CPC 06 (R2)) Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback";

- Alterações ao IAS 7 (CPC 03 (R2)) Demonstração dos fluxos de caixa e IFRS 7 (CPC 40 (R1)) Instrumentos Financeiros: Evidenciação – Divulgações específicas aos acordos financiamento de fornecedores.

OEC S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais

Em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Revisadas e não vigentes

- Alterações ao IAS 21 (CPC 02 (R2)) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Avaliação de moeda conversível e estimativa de taxa e divulgação de moeda não conversível – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2025.

- Alterações ao IFRS 1 (CPC 37 (R1)) Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade – Uso de custo atribuído após hiperinflação severa – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2025.

A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG mediante resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, os quais estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas pela administração e são apresentadas em separado dessas demonstrações financeiras individuais. Tais demonstrações consolidadas foram examinadas pelos auditores independente, que emitiram seu relatório, sem modificação de opinião, com data de 09 de maio de 2025 e estão disponíveis na sede da Companhia.

Essas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta os ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação de circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de realização e/ou consumo esperado no curso normal do ciclo operacional, conforme definido CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas em reais (R\$), usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

(b) Transações e saldos

As operações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nos quais os itens são remensurados.

OEC S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais

Em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício, na rubrica de “Resultado financeiro”.

(c) Conversão de balanço de empresas para fins de equivalência patrimonial

Os resultados e a posição financeira das controladas cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação como segue:

- Os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do encerramento do exercício;
- O patrimônio líquido inicial de um exercício corresponde ao patrimônio líquido final do exercício anterior, conforme convertido à época. As mutações do patrimônio inicial durante o exercício são convertidas pelas taxas em vigor nas respectivas datas de ocorrências;
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio dos respectivos exercícios;
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros resultados abrangentes”; e

Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as correspondentes diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda resultante da venda.

2.4 Reapresentação

Os valores correspondentes no balanço patrimonial, na Demonstração do resultado e na demonstração dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados nestas demonstrações financeiras para fins de comparação, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro (*IAS 8 Accounting policies, changes in accounting estimates and errors*), visando refletir adequadamente a comparabilidade dos saldos.

- Reversão de juros referente à acordo de leniência, na controlada indireta CNO S.A. - Sucursal Peru. A referida reversão foi efetuada da rubrica "Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e acordos", no longo prazo em contrapartida do Resultado com operações descontinuadas no montante de R\$ 3.076 e em contrapartida dos Prejuízos acumulados no montante de R\$ 39.286.
- Reclassificação dos montantes de cada rubrica do Resultado do Exercício de Operações Continuadas para Operações Descontinuadas das controladas e coligadas da Companhias nas geografias definidas pela Administração como não operacionais, sendo elas: Panamá e Peru

OEC S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais

Em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Reconciliação do balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2023

	31 de dezembro de 2023	Efeitos de reapresentação	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2023	Efeitos de reapresentação	31 de dezembro de 2023
	(Originalmente apresentado)	(Ajustes)	(Reapresentado)		(Originalmente apresentado)	(Ajustes)	(Reapresentado)
Ativo				Passivo e passivo a descoberto			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	128		128	Fornecedores	4.340		4.340
Adiantamentos a fornecedores e outros	47		47	Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	243		243
Tributos a recuperar	112		112				
Despesas antecipadas	1.467		1.467		4.583		4.583
	<u>1.754</u>		<u>1.754</u>				
Investimentos				Não circulante			
Sociedades controladas	4.833.249		4.833.249	Partes relacionadas	2.686.526		2.686.526
	<u>4.833.249</u>		<u>4.833.249</u>	Provisão para passivo a descoberto	18.675.697	(42.362)	18.633.335
				Outros passivos	12.718		12.718
					<u>21.374.941</u>	<u>(42.362)</u>	<u>21.332.579</u>
				Passivo a descoberto			
				Capital social	448.900		448.900
				Transações de capital	13.366		13.366
				Ajuste de avaliação patrimonial	2.226.098		2.226.098
				Prejuízos acumulados	(19.232.885)	42.362	(19.190.523)
					<u>(16.544.521)</u>	<u>42.362</u>	<u>(16.502.159)</u>
Total do ativo	<u>4.835.003</u>		<u>4.835.003</u>	Total do passivo e passivo a descoberto	<u>4.835.003</u>		<u>4.835.003</u>

OEC S.A. – Em Recuperação Judicial
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais
 Em 31 de dezembro de 2024
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação da demonstração do resultado exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	31 de dezembro de 2023	Efeitos de reapresentação	31 de dezembro de 2023
	(Originalmente apresentado)	Ajustes	(Reapresentado)
Operações continuadas			
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	(32.386)		(32.386)
Equivalência patrimonial	(1.003.492)	180.788	(822.704)
Prejuízo operacional	(1.035.878)	180.788	(855.090)
Resultado financeiro			
Resultado financeiro, líquido	99.088		99.088
Prejuízo das operações continuadas do exercício	(936.790)	180.788	(756.002)
Operações descontinuadas			
Lucro das operações descontinuadas do exercício	197.955	(177.712)	20.243
Prejuízo do exercício	(738.835)	3.076	(735.759)
Prejuízo básico por ação das operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas no final do exercício (expresso em R\$ por ação)	(1,646)		(1,639)

OEC S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais

Em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Reconciliação da demonstração do patrimônio líquido (passivo a descoberto) do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Capital social	Transações de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do passivo a descoberto
Em 31 de dezembro de 2022	448.900	13.366	1.321.583	(18.494.050)	(16.710.201)
Ajuste de representação				39.286	39.286
Em 1º de janeiro de 2023 (Reapresentado)	448.900	13.366	1.321.583	(18.454.764)	(16.670.915)
Total do resultado abrangente do exercício:					
Prejuízo do exercício - (R\$ 1,639) por ação do capital social				(735.759)	(735.759)
Outros resultados abrangentes			904.515		904.515
Total do resultado abrangente do exercício			904.515	(735.759)	168.756
Em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	448.900	13.366	2.226.098	(19.190.523)	(16.502.159)

OEC S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais

Em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Contabilidade em economia hiperinflacionária

As normas brasileiras de contabilidade (CPC 42/IAS 29) – “Contabilidade em Economia Hiperinflacionária”, requerem a preparação de demonstrações financeiras atualizadas por índices de inflação em economias consideradas hiperinflacionárias, o que ocorre com os ativos, passivos, patrimônio líquido e resultado das entidades da Companhia na Argentina.

As demonstrações financeiras foram atualizadas em conformidade com o IPC (Índice de Preço ao Consumidor), indicador oficial de atualização destas informações que é publicado pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina (“INDEC”).

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em caixa, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.8 Investimentos em controladas e coligadas (provisão para passivo a descoberto)

Os investimentos em controladas e coligadas são registrados e avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial.

As provisões para perdas nos investimentos em sociedades controladas são constituídas sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) destas sociedades e classificadas no passivo não circulante em contrapartida do resultado de participações societárias.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas controladas são reconhecidas na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas no exterior, as variações no valor do investimento, decorrentes exclusivamente de variação cambial, são apresentadas na conta “Ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido da Companhia. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em controladas e coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas controladas são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

2.9 Partes relacionadas

Os principais saldos mantidos com as Sociedades do Grupo estão regidos por instrumento contratual “Contrato de Mútuo” e “contrato de conta corrente e gestão de caixa único”, firmado entre a Companhia e empresas do Grupo Novonor. A natureza das operações é de empréstimos de recursos financeiros e poderá ter a incidência de encargos.

2.10 Instrumentos financeiros

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9), relacionados ao reconhecimento, classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e de suas respectivas perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros

(i) Reconhecimento, classificação e mensuração

A classificação dos ativos financeiros pode ocorrer nas seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- **Custo amortizado:** tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Os ativos financeiros da Companhia e suas respectivas classificações são demonstradas na nota 4.

(ii) Baixa (desreconhecimento) dos ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(iii) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros (*impairment*)

Conforme CPC 48 (IFRS 9) a Companhia reconhece uma perda de crédito esperada para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao valor justo por meio do resultado. As perdas esperadas são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados por uma aproximação da taxa de juros efetiva original.

A Companhia considera um ativo financeiro inadimplente quando informações internas ou externas indicam que dificilmente receberá os valores contratuais em aberto. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

(i) Reconhecimento, classificação e mensuração

Para fins de mensuração os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

OEC S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais

Em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Custo amortizado: incluindo empréstimos e financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro.

(ii) Baixa (desreconhecimento) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Apresentação líquida de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11 Capital social

O investimento efetuado na Companhia pelos acionistas é representado pelo Capital Social. Este abrange não somente as parcelas entregues pelos acionistas como também os valores obtidos pela Companhia e que, por decisões dos acionistas, foram incorporados ao Capital Social, representando uma espécie de investimento derivado da renúncia a sua distribuição na forma de dividendos.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido, como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

2.12 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas, conforme demonstrado na Nota 11 (c).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de premissas, estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro embasadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas e apresentam risco significativo para as demonstrações financeiras, estão contempladas abaixo:

OEC S.A. – Em Recuperação Judicial
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais
 Em 31 de dezembro de 2024
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Mensuração do Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

A Companhia usa seu melhor julgamento para escolher o método de avaliação e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4 Instrumentos financeiros por categoria

	Custo amortizado	
	2024	2023
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalente de caixa	6.821	128
Adiantamentos a fornecedores e outros	662	47
Despesas antecipadas	1.792	1.467
Outras contas a receber com partes relacionadas	40	
	<u>9.315</u>	<u>1.642</u>
	Custo amortizado	
	2023	2022
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Partes relacionadas	3.355.977	2.686.526
Fornecedores e outros passivos	18.472	17.058
	<u>3.374.449</u>	<u>2.703.584</u>

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		
Liquidez imediata	6.821	128

Do montante de caixa em 31 de dezembro de 2024, a movimentação de R\$ 4.794 refere-se a aplicações financeiras mantidas no Banco Santander.

6 Despesas antecipadas

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos de R\$ 1.792 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 1.467), corresponde substancialmente aos prêmios de seguros a apropriar.

OEC S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Investimentos e provisão para passivo a descoberto

(a) Informações sobre as controladas

	<u>31 de dezembro</u>	<u>% de participação da companhia</u>	<u>Ativos totais</u>	<u>Passivos (Circulante e Não circulante)</u>	<u>Patrimônio líquido (passivo a descoberto) (i)</u> (Reapresentado)	<u>Receita bruta</u>	<u>Lucro líquido (prejuízo) do exercício (i)</u> (Reapresentado)
CNO	2024	99,80%	17.255.163	20.809.101	(3.553.938)	498.500	(777.159)
	2023	97,96%	20.208.311	23.738.931	(3.530.620)	472.755	(167.303)
OECI	2024	100,00%	1.624.000	(4.095.301)	5.719.301	930.335	952.804
	2023	100,00%	5.048.529	520.018	4.528.511	470.833	(85.717)
Tenenge	2024	74,64%	238.447	(143.302)	381.749	228.378	58.853
	2023	95,56%	337.319	117.563	219.756	325.847	(66.039)
OENGER	2024	99,77%	212	(90.400)	90.612		(300)
	2023	99,77%	90.905	34	90.871		(135)
OOL	2024	100,00%	2.513.512	15.996.774	(13.483.262)		(597.965)
	2023	100,00%	3.891.432	13.942.869	(10.051.437)		266.864
OEC Finance	2024	100,00%	56.530	7.207.007	(7.150.477)		(496.606)
	2023	100,00%	48.638	5.172.804	(5.124.166)		(746.503)

(i) Patrimônio líquido (passivo a descoberto) e lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado pelos montantes de resultado não realizado decorrente de provisões para perda de saldos entre empresas relacionadas.

OEC S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação dos investimentos e provisão para passivo a descoberto

	Saldo no início do exercício (Reapresentado)	Reestruturação societária	Adições (a)	Baixas	Ajuste de avaliação patrimonial	Variação cambial de investidas no exterior	Equivalência patrimonial (b)	Operações descontinuadas (c)	Saldo no final do exercício
Investimentos									
OECI	4.528.512		131.894		1.310	104.781	1.029.680	(76.876)	5.719.301
Tenenge	209.999		10.200		18.055		46.684		284.938
OENGER	90.663		40				(299)		90.404
Outras	4.075					238	99		4.412
Em 31 de dezembro de 2024	4.833.249		142.134		19.365	105.019	1.076.164	(76.876)	6.099.055
Em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	4.868.439	(185.877)	312.223	(1.048)	1.727	(3.333)	(152.705)	(6.177)	4.833.249
Provisão para passivo a descoberto									
CNO	(3.457.732)		41.350		223.919	452.862	(584.561)	(222.668)	(3.546.830)
OEC Finance	(5.124.166)					(1.529.705)	(496.606)		(7.150.477)
OOL	(10.051.437)					(2.833.860)	(597.965)		(13.483.262)
Em 31 de dezembro de 2024	(18.633.335)		41.350		223.919	(3.910.703)	(1.679.132)	(222.668)	(24.180.569)
Em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	(19.744.809)	794.952	53.980		216.208	689.913	(669.999)	26.420	(18.633.335)

- (a) As adições referem-se aos aportes de capitais da Companhia nas suas controladas, no montante de R\$183.484, ocorridos ao longo do exercício de 2024, para suprir as necessidades operacionais;
- (b) O resultado da equivalência patrimonial soma (R\$602.968); e
- (c) Refere-se aos lucros das operações descontinuadas no valor de (R\$299.544). Deste saldo, R\$382.585 refere-se à descontinuidade das operações das sucursais e subsidiária com investimento indireto da Companhia na Venezuela e (R\$ 682.129) a soma dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Emirados Árabes, Equador, Guatemala, Guiana, Líbia, Luxemburgo, México, Moçambique, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai. O valor corresponde substancialmente a ganhos de variação cambial sobre ativos e passivos em moeda estrangeira e a reversão de provisões.

OEC S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Partes relacionadas

(a) Movimentação dos saldos de Partes relacionadas

Passivo não circulante	Saldo no início do exercício	Adições / baixas	Variação Cambial	Reestruturação societária	Saldo no final do exercício
OOL (i)	1.973.799	216.275	268.926		2.459.000
Odebrecht Angola Projectos e Serviços Ltda ("OAL") (ii)		643.333	154.015		797.348
CNO	88.400				88.400
Novonor		10.027			10.027
TOC	940		262		1.202
Bento Pedroso Construções S.A. ("BPC") (ii)	623.387	(643.333)	19.946		
Em 31 de dezembro de 2024	<u>2.686.526</u>	<u>226.302</u>	<u>443.149</u>		<u>3.355.977</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u>1.786.667</u>	<u>363.245</u>	<u>(99.173)</u>	<u>635.787</u>	<u>2.686.526</u>

(i) Os recursos recebidos da OOL ao longo do exercício de 2024 são para suprir as necessidades operacionais, somando o valor de R\$ 216.275.

(ii) Em 31 de março de 2024, por meio do contrato de cessão de crédito, a empresa BPC cedeu os créditos detidos contra a Companhia para OAL no valor de R\$ 643.333.

OEC S.A. - Em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Remuneração do pessoal chave da administração

	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total
Remuneração (i)	23.028	3.241	26.269	9.419	3.848	13.267
Remuneração de curto prazo (ii)	288	6	294	185	7	192
Benefícios - Previdência privada	191		191	258		258
	<u>23.507</u>	<u>3.247</u>	<u>26.754</u>	<u>9.862</u>	<u>3.855</u>	<u>13.717</u>

- (i) Composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.
- (ii) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, vale refeição e seguro de vida.

Os valores acima representam os pagamentos realizados nos respectivos exercícios.

O pessoal-chave da administração contempla os diretores estatutários da Companhia ("Administradores").

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2024, foi aprovado o valor total de remuneração dos administradores no montante de R\$ 36.966, referente ao ano-calendário de 2024, que inclui Incentivos de Curto Prazo – ICP e Incentivos de Longo Prazo – ILP.

(c) Intercompany submetido à PRJ

As Posições Intercompany que correspondam a Créditos Concursais estão integralmente sujeitas à Recuperação Judicial e são reestruturadas nos termos deste Plano, de modo que seu pagamento será, em quaisquer hipóteses, subordinado a todos os Créditos Concursais em termos de estrutura, garantias e tempo de pagamento. As Recuperandas do Grupo OEC poderão, a qualquer tempo, convencionar e implementar a melhor forma de extinção das Posições Intercompany, seja por meio de reorganização societária, conversão em capital social, compensação, nos termos dos artigos 368 e seguintes do Código Civil (inclusive o artigo 380) e cessão entre sociedades do Grupo OEC, desde que, cumulativamente, (i) tais operações não impliquem transferência de recursos ou ativos de qualquer natureza para sociedades que não sejam Recuperandas, exceto se necessário para viabilizar os pagamentos previstos na Cláusula 3.1.6; e (ii) observem as restrições previstas nas Escrituras dos Títulos DIP.

9 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 os saldos de fornecedores totalizavam o valor de R\$5.697 (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 4.340) dos quais R\$1.061 referem-se a faturas não vencidas, R\$432 vencidas até 90 dias e R\$4.204 vencidas entre 91 a 365 dias.

Em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 508 foi incluído no processo de Recuperação Judicial como Créditos Quirografários Gerais e Créditos ME/EPP e estão sujeitos aos termos e condições do PRJ aprovado, conforme descrito na nota 1, subitem a.1. Os efeitos dos passivos financeiros reestruturados serão ajustados no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado a partir da data da homologação, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

10 Impostos, taxas, salários e contribuições sociais

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos de R\$ 10.323 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 243), corresponde substancialmente a R\$ 1.279 aos impostos, taxas e contribuições sociais e R\$ 9.044 aos salários e encargos trabalhistas.

OEC S.A. - Em Recuperação Judicial
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2024
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 448.900 totalmente subscrito e integralizado por pessoas jurídicas nacionais, representado por 448.899.790, ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Esta conta foi criada pela Lei nº 11.638/07 com o objetivo de registrar os valores pertencentes ao patrimônio líquido que não transitaram pelo resultado do exercício. O impacto desses valores no resultado ocorrerá quando da sua efetiva realização. A seguir, demonstramos a movimentação nesta conta para os exercícios findos em 31 de dezembro:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial do exercício	2.226.098	1.321.583
Ajuste de avaliação patrimonial de investidas (i)	264.135	212.184
Variação cambial de investidas no exterior (ii)	(3.805.684)	686.580
Variação cambial com investimentos líquidos no exterior (iii)	<u>(20.851)</u>	<u>5.751</u>
Saldo final do exercício	<u>(1.336.302)</u>	<u>2.226.098</u>

(i) A variação corresponde substancialmente a efeitos inflacionários de controladas indiretas da Companhia na Argentina.

(ii) Refere-se à conversão dos saldos das investidas no exterior para a moeda funcional da Companhia.

(iii) Refere-se a alguns ativos e passivos monetários com moeda funcional diferente do Real registrados no Brasil, advinda de operações entre sociedades que fazem parte do mesmo grupo econômico e que estejam sob controle comum para as quais a liquidação não é provável de ocorrer nem está planejada para o futuro previsível, como parte de seu investimento líquido em operações no exterior. As variações cambiais decorrentes desses ativos e passivos monetários são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, em "Ajuste acumulado de conversão".

(c) Resultado por ação

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (Reapresentado)
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(1.392.036)	(735.759)
Média ponderada da quantidade de ações, por classe (em milhares)		
Ações ordinárias	<u>448.900</u>	<u>448.900</u>
Prejuízo por ação (expresso em Reais)		
Ações ordinárias	<u>(3,101)</u>	<u>(1,639)</u>

OEC S.A. - Em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Despesas Gerais e administrativas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas com pessoal	(35.241)	(15.209)
Serviços de terceiros (i)	(2.381)	(8.683)
Despesas administrativas (ii)	<u>(9.050)</u>	<u>(8.492)</u>
	<u>(46.677)</u>	<u>(32.386)</u>
Classificados por função:		
Despesas gerais e administrativas	<u>(46.677)</u>	<u>(32.386)</u>
	<u>(46.677)</u>	<u>(32.386)</u>

- (i) O montante de serviços de terceiros corresponde substancialmente as despesas com auditoria, consultoria e assessoria.
- (ii) O montante de despesas administrativas refere-se substancialmente as despesas com apropriação dos seguros.

13 Resultado financeiro, líquido

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Variação cambial, líquido (i)	(443.149)	99.173
Receitas de aplicações financeiras	471	154
Comissões e despesas bancárias	(150)	(233)
Outros, líquidos	<u>(19)</u>	<u>(6)</u>
	<u>(442.847)</u>	<u>99.088</u>

- (i) Refere-se a despesa de variação cambial sobre os passivos com partes relacionadas, conforme apresentado na nota 8 (a).

14 Eventos subsequentes

Conforme mencionado na nota 1, item (a.1), as empresas Odebrecht Engenharia, Odebrecht Holdco, OEC Finance, OECI, OENGER, CNO, CBPO, OOL, Belgrávia, TOC e a Companhia ajuizaram pedido de recuperação judicial em 27 de junho de 2024, cujo processamento foi deferido na mesma data pelo Juízo da Recuperação, que considerou atendidos os requisitos legais para instalação de referido procedimento judicial.

Em 07 de fevereiro de 2025, foi votado em Assembleia Geral de Credores, instalada em 2ª convocação o novo PRJ, devidamente ajustado, tendo sido aprovado, quase que pela totalidade dos credores presentes em todas as classes, por 99,89% dos credores da Classe I (Créditos Trabalhistas), 92,71% dos credores da Classe III (Créditos Quirografários), 99,64% dos credores da Classe IV (Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) e por 94,09% dos créditos da Classe III.

Em 07 de março de 2025 o referido PRJ foi homologado e a recuperação judicial foi concedida às Recuperandas do Grupo OEC pelo Juízo da Recuperação.

Ato contínuo, as Recuperandas requeraram o reconhecimento da homologação da PRJ, na corte americana através do *Chapter 15 e*, em 9 de abril de 2025 o juiz de New York concedeu ordem reconhecendo os efeitos da homologação do PRJ nos Estados Unidos.

OEC S.A. - Em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, os efeitos dos passivos financeiros reestruturados serão ajustados no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado a partir da data da homologação. Tais efeitos ainda estão sendo apurados com base nas opções a serem escolhidas pelos credores com base no PRJ aprovado.
